

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.

entre



JUCESP PROTOCOLO  
0.240.563/14-1



SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.  
*como Emissora*

e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

e, ainda,

SASCAR PARTICIPAÇÕES S.A.  
*como Fiadora*

Datado de  
10 de março de 2014

RECEBUE

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2014 09:25:622  
BARVERI - SP



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA; COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Marte, nº 537, Centro de Apolo I, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.112.879/0001-51, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures objeto da presente Emissão ("Debenturistas");

e, ainda, na qualidade de interveniente,

**SASCAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Marte, nº 537, térreo, sala 01, Centro de Apoio I, Alphaville, CEP 06541-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.984.267/0001-40, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Fiadora");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A." ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:



Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2014 ("AGE da Emissão"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A garantia fidejussória da Emissão, representada na forma de fiança, é outorgada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Fiadora, realizada em 12 de fevereiro de 2014 ("AGE da Fiadora"), que também aprovou a realização da Emissão.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro na CVM

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

### 2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais ("ANBIMA")

2.2.1. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de



Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

### 2.3. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários

2.3.1. A ata da AGE da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “Diário Comercial”, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A ata de AGE da Fiadora que delibera sobre a Fiança, será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Diário Comercial”, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Arquivamento da Escritura na JUCESP

2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento.

### 2.5. Registro da Garantia Fidejussória

2.5.1 Observado o disposto na Cláusula 3.5.10 abaixo, em virtude da Fiança (conforme abaixo definido) prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas nos termos aqui previstos, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo (“Cartórios de Registro de Títulos e Documentos”), nos termos da Cláusula 3.5.10 desta Escritura, e entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados do efetivo registro.

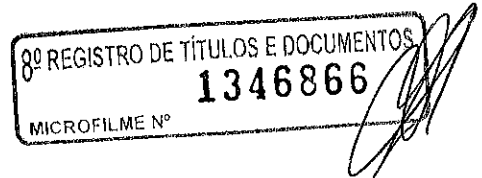
### 2.6. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária

2.6.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercado Organizado (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP, e

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:622  
BARUERI-SP





- (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros por meio da Plataforma Eletrônica de Negociação e/ou do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende: a locação mercantil, comercialização, importação e exportação de equipamentos eletrônicos e serviços de monitoramento de veículos automotores; comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores; licenciamento ou a cessão de direito de uso de programas de computação; processamento de dados; serviços de manutenção, suporte e assistência técnica de equipamentos; e treinamento profissional para utilização de programas e equipamentos eletrônicos.

#### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

#### 3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.

#### 3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009  
0925622  
BARUERI - SP



### 3.5. Garantia Fidejussória

3.5.1. As Debêntures são garantidas por fiança prestada pela Fiadora ("Fiança"), a qual se obriga por este instrumento e na melhor forma de direito, perante os Debenturistas, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, até o integral pagamento de referidas obrigações, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.5.2. A Fiança visa a garantir o integral e pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, incluindo a Remuneração e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução da Fiança ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

3.5.3. A Fiadora presta a Fiança aqui referida pelo Valor Garantido de forma solidária em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Fiadora e seus sucessores a qualquer título, pelas obrigações aqui estabelecidas, vigendo até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.5.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer valores devidos aos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.5.5. O Valor Garantido será pago pela Fiadora no prazo máximo de 1 (um) Dia útil contado a partir do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, bem como às hipóteses de pedido de autofalência da Emissora e pedido de falência da Emissora não contestado no prazo legal. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura.



3.5.6. O pagamento citado na Cláusula 3.5.5 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.5.7. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.5.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.5.9. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, sendo certo que a Fiadora somente poderá realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral do Valor Garantido.

3.5.10. Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro, pela Emissora, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de sua retirada da JUCESP, após devidamente registrada na referida Junta Comercial, sendo certo que a obtenção do registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aqui previsto, não poderá ultrapassar o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura desta Escritura.

3.5.11. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive nos casos de prorrogação.

3.5.12. A Fiadora desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, tendo com data de vencimento a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações previstas nesta Escritura.

### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela colocação das Debêntures ("Coordenadores"), nos termos de instrumento particular por meio do qual será regulada a sua distribuição pública no âmbito da Emissão ("Contrato de Colocação").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar conjuntamente,

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:62  
CARUERI - SP



no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes especialmente, mas não limitadamente, de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e que será registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.2 acima e das regras expedidas pela ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.6.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica.

3.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### 3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2006  
0925622  
BARUERI - SP





3.7.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

### 3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados para o reforço do capital de giro da Emissora para atendimento aos seus negócios de gestão ordinária.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 10 de março de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, e contarão com garantia fidejussória.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de março de 2019 ("Data de Vencimento").

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 100 (cem) Debêntures

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2014  
0925622  
BARUERI-SP



## 4.2. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures

### 4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

### 4.2.2. Remuneração

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sendo que cada um desses intervalos de tempo sucede o anterior sem solução de continuidade (“Remuneração”). O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

$J$  = valor unitário da Remuneração devido ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2003  
0925622  
BARUERI - SP



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

$n$  = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do Fator DI, sendo " $n$ " um número inteiro;

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI, de ordem " $k$ ", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$\text{DI}_k$  = Taxa DI, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

$\text{FatorSpread}$  = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

$\text{spread} = 1,8000$

$n$  = número de Dias Úteis entre a data de emissão ou último pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo " $n$ " um número inteiro.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão  $[1 + \text{TDI}_k]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais com arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + \text{TDI}_k]$  sendo que, a cada fator diário multiplicado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:62  
BARUERI - SP



- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (d) O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, para apuração do "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do Período de Ausência de Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, conforme disposto na Cláusula IX, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva das Debêntures"). Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada. A Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá, sob pena de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:62  
BARREI - SP



VI desta Escritura, resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.2.6. Para fins da presente Escritura: (i) a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, com exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais ou, ainda, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (sendo que, quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos); (ii) a expressão “Período de Capitalização” significa o período de capitalização da Remuneração, correspondente, para o primeiro Período de Capitalização, ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (exclusive), e correspondente, para os demais Períodos de Capitalização, ao intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente (exclusive), sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures; e (iii) a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

4.2.2.7. Caso haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou a referida Taxa Substitutiva das Debêntures para refletir a nova Remuneração das Debêntures.

#### 4.3. Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.3.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, nos meses de março e setembro de cada ano a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de setembro de 2014 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou a data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou (b) do Resgate Antecipado Facultativo) Total das Debêntures (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

#### 4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2014  
09:25:622  
BARUERI - SP



4.4.1. O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) será amortizado semestralmente, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de março de 2016, e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou do Resgate Antecipado Facultativo Total) (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização”), conforme tabela a seguir:

	Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
1	10 de março de 2016	14,28%
2	10 de setembro de 2016	14,28%
3	10 de março de 2017	14,28%
4	10 de setembro de 2017	14,28%
5	10 de março de 2018	14,28%
6	10 de setembro de 2018	14,28%
7	10 de março de 2019	14,32%

#### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada Data de Vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura, por qualquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos à (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
20 MAR - 09 25 622  
BANJURI - SP



devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.11.1 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

#### 4.9. Colocação, Forma e Preço de Integralização

4.9.1. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, observado o disposto no Contrato de Colocação.

4.9.2. As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### 4.10. Repactuação

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal "Diário Comercial" ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.sascar.com.br](http://www.sascar.com.br)), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 e relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2006  
0925622  
BAUER - SP



#### 4.12. Liquidez e Estabilização

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### 4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

#### 4.14. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

4.14.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

#### 4.15. Classificação de Risco

4.15.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures.

### CLÁUSULA V

#### AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL

##### 5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.





5.2.1. A partir de 10 de abril de 2015, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante o pagamento de prêmio de resgate antecipado estabelecido na Cláusula 5.2.2.1(b) abaixo e observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

5.2.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante comunicação dirigida aos Debenturistas (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”).

5.2.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”):

Período de Resgate Antecipado Facultativo Total	Taxa do Prêmio de Resgate
De 10 de abril de 2015 até 9 de outubro de 2015	0,70%
De 10 de outubro de 2015 até 9 de abril de 2016	0,60%
De 10 de abril de 2016 até 9 de outubro de 2016	0,50%
De 10 de outubro de 2016 até 9 de abril de 2017	0,40%
De 10 de abril de 2017 até 9 de outubro de 2017	0,30%
De 10 de outubro de 2017 até 9 de abril de 2018	0,25%
De 10 de abril de 2018 até 9 de outubro de 2018	0,20%

5.2.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, que já contemplará o percentual do prêmio de resgate respectivo, conforme tabela da Cláusula 5.2.2.1 acima; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

*[Handwritten signature]*

1



5.2.2.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

5.2.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com a anuência do Agente Fiduciário sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.5. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

### 6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.2 e 6.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, se for o caso, declarar antecipadamente vencidas e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, de todas as obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) ocorrência de: (i) decretação de falência da Emissora, da Fiadora e/ou suas controladas diretas e indiretas, nos termos do artigo 116 da Lei de Sociedade por Ações (em conjunto "Grupo Sascar"); (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer das empresas do Grupo Sascar; (iii) pedido de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer das empresas do Grupo Sascar formulado por terceiros, não contestado no prazo legal; (iv) apresentação de pedido por parte da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer das empresas do Grupo Sascar de plano de recuperação extrajudicial da Emissora a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (v) ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, da Fiadora e/ou das empresas do Grupo Sascar, independentemente do deferimento do respectivo requerimento; (vi) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer das empresas do Grupo Sascar; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Fiadora, incluindo acordo de credores;



- (b) inadimplemento, pela Emissora ou pela Fiadora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, na respectiva data de vencimento;
- (c) transformação da Emissora e ou da Fiadora em sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) caso se provem falsas ou se revelarem falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (e) decretação de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, realizada no mercado local e/ou internacional;
- (f) sentença, decisão interlocutória ou decisão liminar proferida por juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições);
- (g) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- (h) sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, resgate ou amortização de ações, ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus respectivos acionistas durante toda a vigência das Debêntures, ressalvado o disposto na alínea (i) abaixo;
- (i) sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio a seus respectivos acionistas, exceto se (a) durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da Data de Emissão, o valor distribuído ou pago aos acionistas se limitar ao montante equivalente ao percentual mínimo legal; e (b) a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado a partir da Data de Emissão, se a Emissora e/ou a Fiadora estiverem adimplentes com as respectivas obrigações objeto desta Escritura;
- (j) descumprimento de qualquer: (a) sentença transitada em julgado, decisão arbitral definitiva, mandado de penhora ou qualquer procedimento assemelhado de caráter definitivo em relação à Emissora, e/ou à Fiadora e/ou a qualquer de suas respectivas sociedades controladas; ou (b) decisão administrativa ou arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante, ainda que o mesmo esteja em fase de discussão ou seja passível

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
0925622



de discussão, desde que observados os prazos legais e/ou regulamentares aplicáveis na esfera judicial contra a Emissora, e/ou a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas sociedades controladas, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em moedas estrangeiras, reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") desde a Data de Emissão;

- (k) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da destinada na Cláusula 3.8 desta Escritura;
- (l) redução de capital social da Emissora, da Fiadora e/ou das empresas do Grupo Sascar após a data de liquidação da Emissão, sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (m) inadimplemento, pela Emissora ou pela Fiadora, conforme aplicável, no prazo e na forma previstos nesta Escritura, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que referida obrigação não pecuniária deveria ter sido cumprida, observado que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura;
- (n) fusão, incorporação (seja incorporação de sociedades ou incorporação de ações), alienação ou cessão de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Emissora, a Fiadora e/ou as empresas do Grupo Sascar, exceto se: (a) obtida anuência prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou (b) se respeitadas, cumulativamente, as seguintes condições: (b.1) se referida fusão, incorporação (seja incorporação de sociedades ou incorporação de ações), alienação ou cessão de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolver, exclusivamente, sociedades integrantes do Grupo Sascar; e (b.2) na hipótese de as operações referidas na alínea "b.1" acima resultarem na constituição de uma nova sociedade e a Fiadora deixe de existir, esta nova sociedade assuma a qualidade de fiadora da Emissão;
- (o) sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, cisão ou qualquer forma de reorganização societária que tenha efeito similar a cisão envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou as empresas do Grupo Sascar;



- (p) protestos de títulos contra a Emissora e/ou a Fiadora, cujo valor, individual ou agregado, seja equivalente ou superior R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou cujo valor equivalente em outra moeda, reajustados anualmente pelo IGPM desde a data da Emissão, exceto se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido devidamente comprovado pela Emissora que (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos ou (ii) o protesto foi cancelado;
- (q) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora realizada no mercado local e/ou internacional, contraída com qualquer dos Debenturistas, respeitados prazos os de cura e valores de corte (*thresholds*) específicos eventualmente estabelecidos nos respectivos instrumentos;
- (r) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, realizada no mercado local e/ou internacional, contraída com quaisquer terceiros que não os Debenturistas, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em moedas estrangeiras, reajustados anualmente pelo IGPM, respeitados prazos os de cura e valores de corte (*thresholds*) específicos eventualmente estabelecidos nos respectivos instrumentos;
- (s) mudança ou alteração no objeto social da Emissora e/ou da Fiadora que modifique a atividade principal por elas praticadas na data desta Escritura;
- (t) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e/ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas pelos órgãos competentes que afete o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- (u) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, confiscar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades e/ou ações do capital social da Emissora e/ou da Fiadora;
- (v) ocorrência de qualquer evento que possa, substancialmente afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou da Fiadora, e de cumprir com as respectivas obrigações nos termos desta Escritura;
- (w) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de suas respectivas obrigações a serem assumidas nos termos desta Escritura e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável;

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26/04/2005  
0925622  
BANQUEIRO - SP



- (x) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora e/ou da Fiadora, desde que em dimensões que dificulte ou impossibilite o cumprimento das obrigações da Emissora e/ou da Fiadora em relação às Debêntures;
- (y) sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, redução, em proporção superior ao equivalente a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido consolidado da Fiadora ao final de cada exercício social da Emissora independente do objetivo, salvo na hipótese de utilização para a absorção de prejuízos;
- (z) concessão e/ou amortização de mútuos, sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, restando autorizadas exclusivamente, as transações realizadas entre sociedades do Grupo Sascar que não resultem em saldos a pagar cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$5.000.000 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em moedas estrangeiras, reajustados anualmente pelo IGPM, ao final de cada exercício social da Emissora;
- (aa) caso a Fiança constituída nos termos desta Escritura, por qualquer motivo, se torne inexecutível, inválida ou ineficaz para assegurar o pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora, nos termos desta Escritura;
- (bb) aquisição, fusão e/ou incorporação de ativos não aderentes ao objeto social da Emissora e/ou à estratégia de negócios da Emissora;
- (cc) não observância, pela Emissora, dos índices financeiros ("Índices Financeiros"), indicados a seguir, a serem verificados anualmente pelo Agente Fiduciário, incluindo seu parecer em relatório com base nas informações anuais consolidadas e auditadas divulgadas pela Emissora, sendo que a primeira verificação ocorrerá em março de 2015 com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora divulgadas a partir do exercício social encerrado em 31 dezembro de 2014:
- (I) Dívida Líquida Financeira de Curto Prazo/EBITDA Ajustado deve ser menor ou igual a 0,40 (quarenta centésimos) durante a vigência das Debêntures;
  - (II) Dívida Líquida Financeira/EBITDA Ajustado deve ser menor ou igual a 2,0 (dois inteiros) durante a vigência das Debêntures;
  - (III) Dívida Financeira Total/Patrimônio Líquido deve ser menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) durante a vigência das Debêntures;
- Onde:



Dívida Líquida Financeira: significa empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias e títulos emitidos no mercado internacional, subtraídos das disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa;

EBITDA Ajustado: significa o resultado operacional antes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), acrescidas das despesas financeiras, depreciação e amortização subtraídas as receitas financeiras e ajustadas por efeitos não recorrentes;

Dívida Líquida Financeira de Curto Prazo: significa empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias e títulos emitidos no mercado internacional classificados como de curto prazo, subtraídos das disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa.

6.1.2. Na iminência de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento não previsto na Cláusula 6.1.3 abaixo, a Emissora se obriga a, no Dia Útil subsequente à data em que tomar ciência do fato, notificar, nos termos da Cláusula XI abaixo, o Agente Fiduciário e os Debenturistas por meio físico (com protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio) e/ou eletrônico, conforme aplicável, para que os Debenturistas, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento de referida notificação, se manifestem acerca da concessão ou não de uma autorização específica para a não observância, pela Emissora, de tal Evento de Inadimplemento.

6.1.2.1. A manifestação de que trata a Cláusula 6.1.2 acima deverá ser ratificada por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada nos termos da Cláusula IX abaixo quando, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por conceder a autorização de que trata o item 6.1.2. acima.

6.1.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "a", "b", "c", "e", "f", "g", "j", "k", "m", "p", "q", "r", "s", "t", "u", "v", "w", "aa" e "bb" da Cláusula 6.1.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ficando, adicionalmente, dispensada a deliberação por meio de Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 6.1.2.1 acima para a configuração do vencimento antecipado.

6.1.4. Na hipótese de um Evento de Inadimplemento não previsto no item 6.1.3. acima, o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do referido Evento de Inadimplemento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula IX abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.1.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.1.4. acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

6.1.6. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.1.4. acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, ou em caso de não declaração em segunda convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá imediatamente declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada à Emissora com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante.

6.1.7. Em caso de declaração de vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou desde a data do último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula XI abaixo ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula XI abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.1.8. O resgate das Debêntures de que trata o item 6.1.7. acima, assim como o pagamento das obrigações decorrentes de tais Debêntures, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 6.1.7. acima.

6.1.9. Caso ocorra o pagamento decorrente do vencimento antecipado, caberá à Emissora comunicar, por meio de correspondência, em conjunto com o Agente Fiduciário, a CETIP e com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência em relação à data em que deva realizar o pagamento, observado o prazo disposto no item 6.1.7. acima.



CLÁUSULA VII  
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação da seguinte forma: no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do término do exercício social, o qual ocorrerá no primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas pela Emissora relativas ao exercício social anterior, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e relatório da administração, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (ii) declaração de diretor estatutário da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, inclusive (1) com relação aos Índices Financeiros, e detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento, e (2) informando a não ocorrência de Evento de Inadimplemento; e (iii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do encerramento do prazo de 90 (noventa) dias corridos aqui tratado, relatório contendo memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para o acompanhamento dos limites e dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário;
- (ii) no prazo de até 5 dias Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;
- (iii) em tempo hábil, as informações veiculadas nos termos previstos na Cláusula 4.11 acima;
- (iv) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura;
- (v) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pela Fiadora que possa resultar em efeito adverso aos negócios, situação financeira e ao

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:56  
BARUERI - SP



resultado das operações da Emissora e/ou da Fiadora, conforme aplicável, e/ou relacionadas a um Evento de Inadimplemento;

- (vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos das condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula IX desta Escritura, Assembleia Geral dos Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com às Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (d) informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, na data de sua ocorrência;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, conforme aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar, no primeiro Dia Útil subsequente à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário sobre qualquer evento que tenha, com relação à Emissora, à Fiadora e/ou qualquer sociedade do Grupo Sascar, conforme aplicável: (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira ou de outra natureza, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; (ii) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura e/ou dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta; (iii) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento ("Efeito Adverso Relevante"); ou (iv) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (h) comparecer a Assembleias Gerais sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:22  
BARUEBI-SP



- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (j) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos, ordens e decisões aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.8. acima;
- (l) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, entregando ao Agente Fiduciário os comprovantes, quando solicitado;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (o) tomar todas as providências para manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações necessárias para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (p) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, de que seja parte, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- (q) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, de que seja parte, conforme aplicável;



- (r) arcar com todos os custos decorrentes: (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à realização da Emissão e da Oferta e os atos societários da Emissora; (iii) de registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura; e (iv) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta;
- (s) entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original da presente Escritura, e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, e do cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos das Cláusulas 2.4.1, 2.5.1 e 3.5.10 acima;
- (t) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, nos termos da Instrução CVM 476:
- (i) preparar as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
  - (ii) submeter as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
  - (iii) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento do seu exercício social. Divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
  - (iv) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na Internet;
  - (v) observar as disposições da Instrução da CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
  - (vi) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, aos Coordenadores e à CETIP;

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:22  
CARUERI - SP



- (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
- (viii) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (u) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

## CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

### 8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 1991  
0925622  
BASUCRI - SP



- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existindo de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que também atua, nesta data, como agente fiduciário das seguintes emissões de debêntures da Emissora e de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora: 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora, com data de emissão em 24 de novembro de 2010 e vencimento em 24 de novembro de 2015, no montante total de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura, qualquer evento de resgate, repactuação ou inadimplemento no período.
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas na alínea (l) acima, bem como aos Debenturistas; e
- (n) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2011  
0925622  
BARUERI-SP



8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de decisão dos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

### 8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em

caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivada (i) na JUCESP; e (ii) averbados à margem do registro desta Escritura, em até 20 (vinte) dias, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

#### 8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009  
0925622  
CARUERI-SP





- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição da Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.2 abaixo;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- m.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
- m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2003  
0925622



m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;

m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

m.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração, e

m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.

(n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) na sede do Agente Fiduciário;

n.3) na CVM;

n.4) na CETIP; e

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2004  
0925622  
BARUEIRAS - SP



n.5.) no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.

- (o) publicar, nos termos do da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) coordenar o resgate das Debêntures, por conta do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos, e informações fornecidas pela Emissora;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento; e
- (u) acompanhar o Valor Nominal Unitário, calculado pela Emissora e validado pelo Agente Fiduciário, e divulgá-lo aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

## 8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:



- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção e liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima.

#### 8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas anuais no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), sendo primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil subsequente à assinatura desta Escritura, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.

8.6.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 8.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGPM, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira), até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

8.6.3. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

8.6.4. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou na hipótese de ocorrência de alterações das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:56  
BARUERI-SP



(duzentos e cinquenta reais) por hora de trabalho por profissional, devido a título de: (a) assessoria aos titulares das Debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures; (c) implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora; e (d) execução da Fiança ou das Debêntures. A remuneração adicional será paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado aos trabalhos realizados.

8.6.5. A remuneração acima referida não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de cópias, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens e estadias, alimentação, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

8.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso, sujeito à atualização monetária pelo IGMP, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.7. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso.

8.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## 8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que as despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a



serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora.

8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas serão adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive com terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrente de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que possam causar prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4.1. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) ligações telefônicas;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.6. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas nas Cláusulas 8.7.3 e 8.7.4 acima reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

## CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais de Debenturistas" ou, individualmente, "Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### 9.1. Convocação

9.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar todos os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

9.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, conforme o caso.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:622  
BARUERI - SP



## 9.2. *Quorum* de Instalação

9.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas se instalará(ao), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle) incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

## 9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

## 9.4. *Quorum* de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura, as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (i) da Remuneração das Debêntures, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário (*waiver*), e/ou (vi) dos *quorum* de deliberação e dos termos e condições previstos nesta Cláusula IX dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.



9.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**CLÁUSULA X**  
**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA**

10.1. A Emissora e a Fiadora, de forma individual, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, conforme aplicável, que:

- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias, para celebrar esta Escritura, a emitir as Debêntures, a cumprir com todas as obrigações nestes previstas e, no caso da Fiadora, a prestar a Fiança, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura, a emissão das Debêntures e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos (i) não infringem o estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) não infringem qualquer disposição legal, regulamentar, contrato ou instrumento do qual a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer sociedade do Grupo Sascar seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos, conforme aplicável; (iii) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer sociedade do Grupo Sascar, (iv) não resultará em vencimento antecipado e/ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) não resultará na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (vi) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2009 09:25:56  
BARUEI SP



- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora e/ou a Fiadora estejam discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora e/ou a Fiadora estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou outras competentes em relação à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora e/ou a Fiadora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades relacionadas a seu respectivo objeto social;
- (g) as demonstrações financeiras, e informações trimestrais da Emissora e da Fiadora disponibilizadas representam corretamente a posição financeira da Emissora e da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, e não ocorreu e não existe qualquer Evento de Inadimplemento;
- (i) excetuando-se o (i) procedimento arbitral CMA 262 tramitando na Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP; (ii) o Mandado de Procedimento Fiscal MPF - F nº 08 1 85 00-2011-00265-3 expedido pela Secretaria da Receita Federal - Divisão de Maiores Contribuintes - SP; (iii) a Ordem de Serviço Fiscal (OSF) nº 14.0.05486/11-3 expedida pela SEFAZ - Delegacia Regional Tributária de Osasco; (iv) os Autos de Infração nº 4.015.656 e 4.013.490-8, expedidos pela Delegacia Regional Tributária de Osasco e (v) o Auto de Infração nº 16561.720120/2012-53, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, em Barueri (São Paulo), a Emissora e a Fiadora não possuem conhecimento da existência de qualquer outra ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental que (A) tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (B) vise a anular, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura;
- (j) a Emissora não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (k) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.8 acima e, no caso da Fiadora, a Fiança;
- (l) a Emissora tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da

Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e Banco Santander (Brasil) S.A. e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de instituição intermediária líder e coordenador, respectivamente, da Oferta Registada, em observância ao princípio da boa fé;

- (m) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e/ou da Fiadora (conforme o caso), executáveis de acordo com os seus termos e condições;
- (n) as informações prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora (conforme o caso) são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;
- (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo arquivamento da ata da AGE na Emissão; (ii) pela inscrição desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (iv) o registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (p) não omitiram qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou da Fiadora em prejuízo dos Debenturistas.

10.2. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas por ela e/ou pela Fiadora (conforme o caso), nos termos da Cláusula 10.1. acima.



10.4. Sem prejuízo do disposto no item 10.3. acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário no Dia Útil subsequente, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

## CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

### 11.1. Comunicações

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

#### Para a Emissora:

**SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.**

Avenida Marte, nº 537, Centro de Apolo I

Santana de Parnaíba, SP

At.: Sr. Mauricio Teixeira

Tel.: (11) 2174 1500

Fax: (11) 2174 1501

E-mail: mauricio.teixeira@sascar.com.br

#### Para a Fiadora:

**SASCAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Avenida Marte, nº 537, térreo, sala 01, Centro de Apoio I

Santana de Parnaíba, SP

At.: Sr. Mauricio Teixeira

Tel.: (11) 2174 1500

Fax: (11) 2174 1501

E-mail: mauricio.teixeira@sascar.com.br

#### Para o Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel: (11) 2172 2628

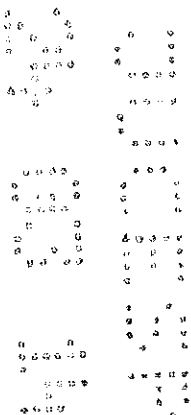
Fax: (11) 3078 7264

E-mail: vrodrigues@planner.com.br / tlima@planner.com.br / fiduciario@planner.com.br

BARUERI - SP

26 MAR 2009 09:25:622

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS



**Para o Banco Liquidante:**

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Itaúsa  
CEP: 04344-902, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

**Para o Escriturador Mandatário:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 10º andar  
CEP: 04538-132, São Paulo - SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar  
01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

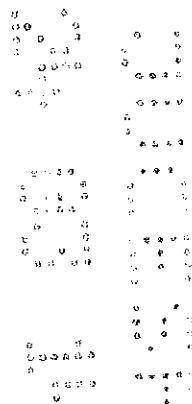
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

**11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
26 MAR 2006 09:25:622  
BARUERI - SP



inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constitui novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 11.3. Despesas

11.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta Restrita ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura.

### 11.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

### 11.5. Aditamentos

11.5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário e inscritos na JUCESP e averbados à margem do registro desta Escritura, em até 20 (vinte) dias, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.

### 11.6. Outras Disposições

11.6.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

11.6.2. Caso ocorra qualquer Evento de Reorganização envolvendo a Emissora, desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder.

11.6.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de



qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observado a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6.4. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.6.5. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

### 11.7. Lei Aplicável

11.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### 11.8. Foro

11.8.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 10 de março de 2014.

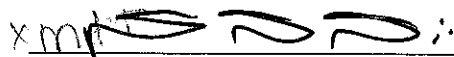
(O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO)



8º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
1346866  
MICROFILME Nº

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.)

SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.

xmf 

Nome: Marcio Trigueiro

Cargo: Presidente

xmf 

Nome: Mauricio Teixeira

Cargo: Diretor Financeiro

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
COMARCA DE BARUERI - SP

Al. Araguaia, 190 Alphaville Barueri CEP: 06456-000/Paço: 0XX1 1190-8274

Protocolado sob nº 880.668 em 26/03/2014 e registrado em microfilme sob o nº 925.622 em 26/03/2014.

OFICIAL

Carlos Frederico Coelho Nogueira

SUBSTITUTO DO OFICIAL

José Ricardo M. Braz

ESCREVENTES AUTORIZADOS

Sergio Ricardo Betti

Robson de Castro

OFICIAL(R\$)	ESTADO(R\$)	IPESP(R\$)	SINOREG(R\$)	JUSTIÇA(R\$)	DILIG.(R\$)	TOTAL(R\$)
8.140,24	2.313,55	1.713,73	426,44	426,44	0,00	13.024,40

26 MAR 2014 0925622  
REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
BARUERI - SP

26 MAR 2014 0925622  
REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
BARUERI - SP

Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.)







8º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

MICROFILME Nº 1346866

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.)

BARUERI - SP

26 MAR 2014 0925622

REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome:

Cargo: Viviane Rodrigues  
Diretora

Nome:

Cargo: Flávio D. Aguefoni  
Procurador

Testemunhas:

Nome: Daniela Xavier M. R. Alves  
CPF: 720.000.581-91

Nome: Ruben B. O. Camara  
CPF: 369.508.888-01

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
DEBENTURE  
CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO: ED001379-1/000  
SECRETARIA GERAL

ED001379-1/000



Emol. R\$ 8.140,24  
Estado R\$ 2.313,55  
Ipesp R\$ 1.713,73  
R. Civil R\$ 428,44  
T. Justiça R\$ 428,44

Total R\$ 13.024,40

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-20  
Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial  
Protocolado e prenotado sob o n. 1.346.866 em  
27/03/2014 e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. 1.346.866, em títulos e documentos.  
São Paulo, 27 de março de 2014

Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial  
Cristiano Assunção Duarte - Paciente Substituto



# OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS COMARCA DE BARUERI - SP

Al. Araguaia, 190 Alphaville Barueri CEP: 06455-000/Pabx: (0XX11) 4195-8274  
CNPJ 05.641.292/0001-65

*Bel. Carlos Frederico Coelho Nogueira*  
Oficial



**CERTIFICA**, que o presente título foi protocolado sob o n. **880668** em **26/03/2014**  
e registrado em microfilme sob o n. **925622** nesta data, conforme segue:

Apresentante.....: **SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANCA AUTOMOTIVA SA**

Natureza do Título.....: **INSTRUMENTO PARTICULAR**

Número do contrato.....:



Emolumentos do Oficial.....:	R\$	8.140,24
Emolumentos do Estado.....:	R\$	2.313,55
Contribuição Cart. Previdencia :	R\$	1.713,73
Custeio Registro Civil(Sinoreg) :	R\$	428,44
Fundo do Tribunal Justiça.....:	R\$	428,44

**TOTAL DOS EMOLUMENTOS : R\$ 13.024,40**

**VALOR DO DEPÓSITO.....: 13.024,40**

..... R\$ 0,00

Barueri, 26 de Março de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**SERGIO RICARDO BETTI**  
Escrevente Autorizado

Contribuição ao Estado e Aposentadoria(IPESP), recolhidos na guia n. **58**.

Declaro que nesta data, recebi uma via deste recibo, bem como o título a que se refere.

Nome.....: \_\_\_\_\_

End.....: \_\_\_\_\_

Ass.....: \_\_\_\_\_